

Resenha de livro

A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África. Por Ecosteguy, Pedro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. ISBN 978.85.7631.316-8.

Resenhista:

Jeane Silva de Freitas (UEPB)

jeanesfreitas@hotmail.com

Recebido em: 24/10/2014

Aprovado em: 06/11/2014

Apesar de não refletir as mais recentes atualizações sobre “A nova Arquitetura Africana de Paz e Segurança (AAPS)”, a obra de Pedro Ecosteguy possui uma significativa importância no âmbito da reflexão sobre a origem e o sentido da nova AAPS para o sistema multilateral e para a diplomacia brasileira. O volume oferece ao leitor um debate sobre a cooperação entre as Nações Unidas e a União Africana (UA) em matéria de promoção da paz e segurança no continente africano, particularizando alguns estudos de casos naquela região.

O livro está estruturado em sete capítulos, cujas características serão apresentadas nessa abordagem pormenorizada. Desse modo, intitulado como “Fatores que influíram na transição da Organização da Unidade africana para a União Africana”, o primeiro capítulo examina os principais fatores que influenciaram a transição da Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 1963, para a União Africana, em 2002. Nessa seção, o autor ressalta as fragilidades da organização africana na condução e na manutenção da paz nas regiões conflituosas, especialmente porque nessa época houve uma proliferação de graves conflitos no continente. Esses eventos colocaram em evidência não apenas as insuficiências estruturais africanas no campo da paz e segurança, mas também as desconfianças desse povo em relação à atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), uma vez que existia uma implícita noção de que o referido órgão procurava atuar efetivamente apenas em situações que se estendessem as suas esferas de influência.

O segundo capítulo, “A União Africana e a nova arquitetura africana de paz e segurança”, trata da exposição das estruturas e dos estatutos da nova AAPS, incluindo-se o Ato Constitutivo da União Africana, o Conselho de Paz e Segurança, a Comissão da UA, as Comunidades Econômicas Regionais (CER), o Conselho dos Sábios, o Sistema Continental de Alerta Antecipado, a Força de Reserva Africana e o Fundo da Paz, cujos órgãos culminaram no lançamento da União Africana, em 2002. Percebe-se, nessa seção, uma progressiva consolidação de um conjunto de normas e valores entre os órgãos da UA. No

entanto, o autor sublinha que, na prática, ainda persistem algumas discrepâncias no aparato institucional da organização.

O terceiro capítulo, intitulado “O envolvimento de atores externos”, ressalta a intervenção de atores externos na conjuntura de paz e segurança na África. Em linhas gerais, a abordagem destacada pelo autor perfaz o caminho contemporâneo da ‘nova corrida para a África’, enfatizando a dicotomia entre o receio pela retomada intervencionista das grandes potências na África e o reconhecimento de que esse interesse proporcionaria um aumento de barganha para as lideranças continentais.

O quarto capítulo, “As relações entre a União Africana e as Nações Unidas”, trata da cooperação entre as Nações Unidas e as organizações regionais sob o amparo do Capítulo VII da Carta da ONU. Nessa seção, o autor observa que o processo de descentralização da ONU no campo da manutenção da paz e da segurança resultou em importantes benefícios, especialmente no que se refere a uma maior democratização das relações internacionais, considerando que a partir dessa iniciativa as relações da Instituição com as organizações regionais se intensificaram, principalmente, no continente africano. Segundo a contribuição de Merrills (2005), uma tendência observada nos últimos anos, que tem contribuído para a efetividade da ONU, tem sido uma relação clara entre a efetividade da ONU e suas operações conjuntas com as organizações regionais. Nesse aspecto, a ONU tem desenvolvido na África várias ações com o intuito de implantar um plano de ação de dez anos para capacitação da União Africana, incluindo-se financiamento de operações de manutenção da paz dessa organização, consolidação dos fundos existentes e padronização dos relatórios exigidos pela Comissão da UA.

Os dois capítulos seguintes (V e VI) analisam os “riscos e desafios inerentes ao novo ativismo africano no campo da paz e segurança” a partir do “exame de alguns casos concretos”, respectivamente. Não será possível detalhar cada uma das contribuições presentes nessas seções, mas cabe informar ao leitor interessado que são dois capítulos que tratam da relevância da construção da nova agenda africana de paz e segurança e os riscos resultantes dos desdobramentos de missões precárias sob o auspício da União Africana. Dentro dessa lógica, o autor provoca um debate acerca da “inversão de responsabilidades”, ou seja, considerando a escassez de recursos da UA, os compromissos assumidos por essa Organização em matéria de paz e segurança seriam racionalmente inviáveis para a realidade da Instituição, podendo ocasionar possíveis perdas de credibilidade no exercício da manutenção da paz. Assim, os referidos capítulos buscam refletir as estratégias utilizadas pela

AAPS para diminuir ou aumentar a dependência africana em relação ao Ocidente, além de promover uma discussão acerca das oportunidades no âmbito das imposições de agendas por parte dos países doadores.

Por fim, o sétimo capítulo, examina “a nova AAPS no contexto dos objetivos brasileiros em matéria de política externa”. Nesse capítulo, o autor sublinha a importância dos interesses do Brasil em ampliar a cooperação Sul-Sul com a África em matéria de paz e segurança. Nesse âmbito, o autor delimita seu estudo sobre a Missão da União Africana no Burundi em 2003, também conhecida como AMIB. Apesar de ter sido substituída em 2004 pela ONUB – uma missão da ONU – a importância atribuída à AMIB consiste no fato de que ela foi considerada como um caso exemplar de parceria entre a União Africana e a ONU, no que concerne à criação de condições para o envolvimento da ONU no Burundi. Além desse caso, o autor também destaca a intervenção da UA no arquipélago dos Comores em 2008, da AMIS no Sudão – que posteriormente se desdobraria para a UNAMID -, e o emblemático caso da Somália com a AMISON, que, na visão de alguns analistas, a atuação da AAPS se configurou demasiadamente incipiente e despreparada para enfrentar tais circunstâncias.

Portanto, a obra ora tratada, endossa-se como uma proposta de grande valia para aqueles que desejam iniciar seus estudos sobre paz e segurança, sobretudo, no que se refere à cooperação entre o Brasil e a África.